

Desminagem em Moçambique sem mapa e sem dinheiro

Perigo: minas!

PÚBLICO, 16.4.96

José Pinto de Sá,
em Maputo

A guerra civil moçambicana já acabou há quatro anos, mas continua a fazer vítimas. Os soldados partiram, deixando mais de um milhão de minas espalhadas pelo país. E o pior é que se desmobilizaram os beligerantes sem fazer qualquer levantamento das minas que foram colocadas. "Perdeu-se a memória." Até ao momento, nem um centésimo ainda foi desactivado, embora já se tenham gasto milhões de dólares.

Uma tarde pacata em Vila Nova da Fronteira, um lugarejo no distrito de Mutarara, em Tete, provavelmente o mais minado do país. Os rapazes jogam a costureira partida de futebol no pelado local. A dado passo, a bola sai do campo e vai cair num balcão vizinho. Um dos jogadores mete-se pelo capim para ir buscar, accionando uma mina anti-pessoal que lhe esfaca as pernas. O jovem, transportado de imediato para o vizinho Malawi, sobreviveu e enfrenta agora a lenta e dolorosa aprendizagem das próteses.

"Não se pode imaginar como é difícil", diz o técnico Anastácio Manhique. "Os adultos são menos flexíveis que as crianças e, às vezes, têm problemas. Pensam que é só receber a perna e pronto."

A oficina ortopédica instalada pela Cruz Vermelha em Ma-

puto é uma das poucas existentes no país. Embora lutando com enormes carências, tem prestado um serviço inestimável à reabilitação dos milhares de amputados gerados pela guerra.

Números relativos apenas à guerra civil indicam que as minas já fizeram 10 mil a 15 mil vítimas, sobretudo entre camponeses. Ainda agora, quatro anos depois dos acordos de paz, continuam a registar-se dez a 15 acidentes por semana, metade dos quais custam vidas. Em Moçambique, dois terços dos amputados foram vítimas do conflito, mas apenas um décimo são militares, os únicos a quem foram atribuídas pensões de invalidez.

Quanto aos deficientes civis, não há qualquer apoio relevante. Devido à escassez de recursos, os esforços de reabilitação reduzem-se a tentar aplicar próteses às vítimas de minas. A posterior reintegração dos milhares de mutilados na sociedade é um problema que vai afligir Moçambique durante o próximo meio século e que o país, esgotado, não pode resolver sozinho.

As minas constituem uma das armas mais perversas e mais disseminadas do século. Além de matarem e mutilarem, representam um obstáculo muito sério aos programas de ajuda humanitária e à normalização da vida no país.

O território moçambicano foi alvo de operações de minagem a partir de 1964, empreendidas sucessivamente por portugueses, rodésianos, zimbabwuanos, sul-africanos e tanzanianos. Contudo, a maior parte das minas existentes foram colocadas pelos combatentes do exército governamental e da Renamo durante a guerra civil, entre 1978 e 1990.

Além de instalações militares, estradas, ferrovias, pistas de aterragem e linhas de alta tensão, os beligerantes minaram também escolas, clínicas, poços, tanques carracidas, pomares e até cemitérios. Estes últimos constituirão o principal alvo de um programa de desminagem a lançar este mês pelo Fundo das Nações Unidas para

a Infância (Unicef).

O programa, que só abrange seis dos 130 distritos do país, custará quase meio milhão de dólares (cerca de 75 mil contos). O exemplo ilustra bem o tremendo esforço exigido pelo processo de desminagem e as enormes dificuldades que enfrenta.

Problema político

A Barragem dos Pequenos Libombos, a 40 quilómetros de Maputo, é um dos recantos turísticos mais aprazíveis dos arredores da capital. As instalações dos empreiteiros italianos, convertidas em complexo hoteleiro no termo das obras, acolhem grande número de maputenses em busca de um fim-de-semana tranquilo com ares de montanha e pescarias na albufeira.

Durante a construção da barragem, nos anos oitenta, as forças governamentais instalaram um anel de protecção com minas Valmara 69, de fabrico italiano, adquiridas pela empresa construtora. A transacção ter-se-á efectuado através de um país terceiro, já que, oficialmente, a Itália nunca exportou minas para Moçambique.

Alcunhada de "Balarina", a Valmara 69 está equipada com uma carga principal rodeada de estilhaços metálicos que é levantada meio metro do solo por uma carga propulsora antes de detonar, a fim de maximizar o seu ângulo de fragmentação.

Alta densidade de minagem em redor dos Pequenos Libombos levou a Renamo a utilizar como rebenta-minas uma manada de bois saqueada aos camponeses, quando atacou as obras da barragem em 1989. Embora este facto fosse conhecido, os campos de minas continuaram por levantar depois do cessar-fogo.

Educadoras de infância portuguesas que trabalharam na região confirmam que pelo menos uma criança morreu e outra ficou gravemente ferida ao accionarem uma mina na zona da barragem. Os dois pequenos vinham de um pobre aldeamento de deslocados

instalado ali perto e tentavam penetrar à socapa no recinto para surripiar fruta nos pomares. Apesar do acidente, a zona permaneceu por desminar e mesmo por sinalizar, alegadamente "por ordens superiores".

Pascal Torrès garante que casos semelhantes existem por todo o país, causando atrasos irreversíveis, que custarão milhares de vidas durante os próximos anos. Ele considera que, antes de mais, "o problema é político", já que, no fim de contas, "a vontade de desminar é proporcional à confiança depositada na paz".

A organização de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch já acusara o governo moçambicano e a Renamo de manterem escondidos os registos de que disputavam sobre campos minados. Pascal Torrès concordou, exemplificando este clima de secretismo com o caso da linha de transporte de energia de Cahora-Bassa, constantemente sabotada durante a guerra. Após o cessar-fogo, as tropas governamentais levantaram as minas da Renamo e no lugar delas colocaram engenhos seus. "Esperemos que, desta vez, ao menos tenham feito mapas."

Na falta de registos sobre a localização das minas, a memória dos soldados que as colocaram poderia constituir a melhor fonte de informação para o trabalho dos sapadores. Torrès considera que, durante o processo de desmobilização dos dois exércitos ex-beligerantes, cada soldado deveria ter sido inquirido sobre a localização das minas que colocou. Como isso não foi feito, agora, é como procurar agulhas num palheiro: "Perdemos a memória."

A dramática situação foi ainda agravada pelas chuvas torrenciais que se registaram em todo o país nos últimos seis meses. As enxurradas deslocaram minas já anteriormente detectadas ou arrastaram consigo as placas de sinalização de perigo, anulando meses de paciente trabalho dos sapadores. ■

Continua na pág. seguinte

Jornadas culturais paralelas assinalam reunião interministerial em Moçambique

O chapéu precisa da cabeça

PÚBLICO, 16.4.96

Nélson Saúte
em Maputo

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países de língua portuguesa reúnem-se em Maputo, a partir de quinta-feira, para falar da futura comunidade lusófona. Na capital moçambicana, arrancou já um conjunto de iniciativas culturais para assinalar o evento. Mas os falantes do português ainda estão divididos e não chegaram a consenso sobre um programa comum.

Duas jornadas paralelas preenchem o programa cultural que marca o encontro dos titulares da pasta dos Negócios Estrangeiros dos países de língua portuguesa em Maputo, a partir do dia 18 — uma reunindo moçambicanos e portugueses, a outra promovida pelos

brasileiros. Na inauguração, na passada quinta-feira, o ministro da Cultura moçambicano não deixaria, contudo, de fazer um claro "aviso à navegação", ainda que em nota de humor: "Para se fazer um chapéu é preciso ter-se uma cabeça."

Num afã de protagonismo e retirando o tapete aos anfitriões, o embaixador do Brasil em Moçambique, Luciano Osório Rosa, anunciou, em conferência de imprensa, um vasto programa de actividades visando a promoção da cultura do seu país. Por seu lado, portugueses e outros futuros "comunitários", optando por não dar nas vistas, decidiram partilhar iniciativas — segundo o espírito que se pensa ser o que deverá nortear a futura comunidade lusófona.

Os brasileiros terão recusado a proposta de Portugal de promoção de um programa que envolvesse os Sete, após o que moçambicanos e portugueses uniram esforços na organização de uma jornada única, onde os artistas participam em pé de igualdade. O programa teve início com uma exposição colectiva de gravadores portugueses e de três serigrafistas — os portugueses Angelo de Sousa e Rui Pimentel e o moçambicano Shikhany —, atraindo

centenas de visitantes à embaixada portuguesa em Maputo.

Oito cantores de língua portuguesa, nas suas diversas formas (dos Sete, além de Timor), juntaram-se no sábado, no Teatro Avenida, para encenar "Clave D". Na quarta-feira, dia 17, o emblemático Cine-Teatro Scala será palco de um sarau — poesia, canto e dança. A actriz e declamadora moçambicana Ana Magaia emparceira com Diogo Dória na declamação de poemas de autores de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Ainda na quarta-feira, actuará a Companhia Nacional de Canto e Dança, que projectou o nome de Moçambique pelo mundo, estando também prevista uma sessão de fados com Mafalda Arnaud, acompanhada de três guitarristas.

Estas actividades estão a mobilizar o esforço de centenas de activistas culturais, entre os quais as portuguesas Acerte e Gesto, que, com a Promarte local, forar, responsáveis pelo programa "Sentir Moçambique", que deu a conhecer a Maputo mais de uma centena de portugueses no âmbito do projecto "Desencobrimentos", já noticiado pelo PÚBLICO. O projecto, embora exte-

rior ao programa da visita dos ministros, foi nele integrado para enriquecer os objectivos.

Também com o propósito de assinalar a reunião ministerial, terá início, a 16, a Quinzena Brasileira, com o lançamento do livro do cabo-verdiano Manuel Brito Semedo. A literatura portuguesa, numa iniciativa multimédia, no dia 24, ligará os EUA e Moçambique, com o debate entre o especialista Phyllis Perez e os participantes aglomerados no Centro Cultural Americano em Maputo.

A cidade de Curitiba, capital do Paraná, protagoniza uma exposição fotográfica de Bel Barcelos, a inaugurar a 17. No dia seguinte, será a vez de Pedro Sutler expor as suas fotos de perfis moçambicanos. A partir de 19, Miguel Pachá mostrará os seus trabalhos de desenho na Casa da Cultura do Alto-Maé, bairro limítrofe e emblemático de Maputo. Uma individual de pintura de Bonifácio estará ainda patente no Centro Franco-Moçambicano.

O vídeo e o cinema também não foram negligenciados, e o Scala acolhe, a 24, uma mostra de cinema brasileiro. Quanto à música, terá honras no Hotel Polana. Com Rossana Diniz ao piano. ■

Cont. da pág. anterior

Portuguesas, russas, etc...

PÚBLICO, 14.4.96

"NINGUÉM SABE ao certo quantas minas há por desactivar em Moçambique", mas "são certamente mais de um milhão", garante o tenente-coronel Haar, o oficial holandês que foi responsável pelo programa de desminagem da ONU. Quatro anos depois do cessar-fogo, contudo, apenas foram desactivadas oito mil minas antipessoais e 80 antitanque, de acordo com números revelados há poucos dias pela Comissão Nacional de Desminagem.

Ao fim de três décadas de guerras, Moçambique figura no "top ten" dos 62 países minados no planeta. Os trinta anos de minagem cobraram e continuam a cobrar um pesado tributo. Capaz de se manter activa durante cinquenta anos, a mina que hoje mata uma criança ou estrophia uma mulher tanto pode ter sido colocada em 1984 por um soldado zimbabweano como vinte anos antes por um português.

O tenente-coronel Haar revelou que os sapadores encontraram mais de trinta tipos de minas antipessoais e duas dezenas de tipos de anti-tanque, oriundas de 15 países diferentes.

A antipessoal mais frequente em Moçambique é a PMN, de fabrico soviético, provavelmente respon-

sável por mais mortes e mutilações em todo o mundo que qualquer outra mina. Embora facilmente detectável, o seu baixo custo popularizou-a imenso. Contém 240 gramas de TNT e só necessita de igual pressão directa para deflagrar.

Portugal figura na lista dos fornecedores com a M969, fabricada por Explosivos da Trafaria. Também designada por MAPS (mina antipessoal de plástico), esta mina é quase inteiramente não-metálica, o que dificulta a sua localização pelos detectores.

Durante a guerra contra a Frelimo, o exército português plantou numerosos campos de minas, muitos dos quais ficaram por levantar, nas pressas da descolonização. Ainda hoje se encontram muitas minas dessa guerra, sobretudo ao longo do rio Lúrio e na fronteira do Rovuma, "plantadas" numa densidade de 15 minas por quilómetro quadrado.

A maior parte das minas, contudo, data da guerra civil. Durante o conflito, tanto a Frelimo como a Renamo "usaram minas para deliberadamente aterrorizar as comunidades civis e negar-lhes acesso aos campos, pontos de água e locais de pesca", concluiu um extenso relatório divulgado pela Human

Rights Watch.

O relatório indicou que o uso de minas pelo exército governamental, embora "prioritariamente defensivo por natureza", também incluiu disseminação ao acaso, alvejamento deliberado de população civil e sabotagem do acesso às zonas da Renamo para as organizações internacionais de ajuda humanitária, como a Cruz Vermelha.

Esta política de colocação de minas, impedindo os camponeses de produzir alimentos, agravou a crise alimentar no país e vem afectando a normalização da vida.

"Onde há minas, há subdesenvolvimento", diz Pascal Torrès, da Handicap International, considerado uma autoridade na problemática das minas em Moçambique. Ele considera que as minas representam um perigo maior durante pelo menos uma década, "se tudo correr bem e os financiadores não se cansarem". Ora, as Nações Unidas calcularam que um único ano de desminagem custaria 30 milhões de dólares.

"Há muito dinheiro em jogo", comenta Torrès, com um sorriso significativo. Uma mina soviética PMN pode ser adquirida a partir de três dólares, mas a sua desminagem, no terreno, custa cerca de mil. "Se tens dez milhões de dólares, levantas dez mil minas. Para levantar um milhão, faz as contas..." ■ J.P.S.

África do Sul

Ramaphosa capitalista

PÚBLICO, 14.4.96

O SECRETÁRIO-GERAL do Congresso Nacional Africano (ANC), Cyril Ramaphosa, de 43 anos, anunciou ontem que deixa em Maio a Assembleia Constituinte, de que é presidente, para se dedicar aos negócios, na companhia New Africa Investment Limited (NAIL), dirigida por um médico que sempre fez profissão de fé no capitalismo, Nthato Motlana.

O surpreendente é que Ramaphosa, que desempenhou um grande papel nas negociações para acabar com o apartheid, apenas vai deixar a carreira parlamentar, mas não o lugar de secretário-geral do ANC, que acumulará com a sua carreira empresarial, como que a querer dizer a todo o mundo que o partido maioritário da sociedade sul-africana nada tem contra a iniciativa privada.

Preterido a favor de Thabo Mbeki quando há perto de dois anos foi necessário escolher o primeiro vice-presidente da República da África do Sul, Cyril Ramaphosa rejeitou então o lugar de ministro dos Negócios Estrangeiros que lhe

era proposto pelo Presidente Nelson Mandela. Apenas aceitou ficar à frente da Assembleia que iria elaborar uma nova Constituição; e agora — como esta fica pronta dentro de um mês — parte para outra aventura: a de quadro superior de uma grande organização que se dedica a investimentos estratégicos e que quer dar mais poder económico a muitos dos negros sul-africanos.

Nascido no Soweto, esse grande conglomerado populacional negro nos arredores da Joanesburgo branca dos anos 50, dirigiu na década de 80 o sindicato dos mineiros e encontra-se desde 1991 como secretário-geral do ANC, sendo o principal rival de Thabo Mbeki na corrida à sucessão de Mandela, que em 1999 termina o seu mandato de cinco anos como chefe do Estado, não tencionando recandidatar-se.

Entretanto, enquanto não chegam as próximas eleições gerais, daqui a três anos, Ramaphosa poderá ficar em breve à frente da NAIL (unha, em inglês), dado que Nthato Motlana — um velho adversário



Cyril Ramaphosa

da componente marxista existente no ANC — é já um homem de 71 anos; portanto,

com muito boa idade para se reformar. E isto acontece numa altura em que a empresa se prepara para adquirir a Johannesburg Industrial Corporation, subsidiária do gigantesco conglomerado mineiro Anglo-American e accionista maioritária de importantes jornais, como o "Business Day" e o "Financial Mail".

Numa só jogada, o secretário-geral do velho movimento de combate ao "apartheid" avança assim em dois tabuleiros: dá mais força ao empresário negro que está a tentar retirar aos brancos o monopólio do poder económico e coloca-se quicá em melhor posição para um dia vir a disputar a Presidência da República. ■

Jorge Heitor

África do Sul

PÚBLICO, 17.4.96

Meio entendimento

O PRESIDENTE sul-africano, Nelson Mandela, reuniu-se ontem com o seu rival e ministro do Interior, Mangosuthu Buthelezi, e concordaram em avançar com a investigação, por uma equipa multipartidária, à acusação de irregularidades no recenseamento eleitoral na província do Kwazulu-Natal. O Presidente considerou a hipótese de adiar as eleições, marcadas para 29 de Maio, mas Buthelezi não concordou pois o

adiamento poderia "afectar a participação" do seu Partido Inkatha no Governo. O Inkatha controla a província e espera repetir a vitória de 1994. Por outro lado, a Comissão Verdade e Reconciliação — que investiga crimes políticos — retomou os trabalhos mas sem a participação do Inkatha, pois Buthelezi decidiu que "seria impossível" a membros do partido receberem um "tratamento imparcial". ■

Portugal apoia Televisão de Moçambique

CENTRO DE PRODUÇÃO VAI SER CONSTRUÍDO

PÚBLICO, 15.4.96

AS OBRAS do novo centro de produção da Televisão de Moçambique, a construir em Maputo com financiamento português, vão ter início em meados deste ano, segundo anunciou Botelho Moniz, presidente do conselho de administração daquela empresa pública. A construção do centro e seu apetrechamento em equipamento de produção e difusão são financiados por Portugal, com comparticipação japonesa, mas não foram divulgados os montantes envolvidos no projecto.

O novo edifício será construído na Baixa da capital, defronte das instalações da Feira Internacional de Maputo (Facim), no local onde, em Junho do ano passado, Marques Mendes lançou a primeira pedra. A localização do futuro centro de produção da TVM foi contudo motivo de polémica, suscitando protestos dos ambientalistas: as obras implicarão o derrube de uma parte da mata de eucaliptos aí plantada há cem anos, quando dos trabalhos de aterro do pântano da Maxaquene, que cobria uma grande parte da actual Baixa. Para os ambientalistas, o derrube dos eucaliptos poderá ter consequên-

cias muito sérias, levando ao alargamento da zona e pondo em risco os prédios da Baixa e a própria encosta sobranceira.

Botelho Moniz, que falava no decurso da sessão de gala que assinalou o 15º aniversário da TVM, revelou também que aquela estação emissora vai expandir muito em breve a sua rede de cobertura às cidades de Pemba, na província de Cabo Delgado, Lichinga, no Niassa, e Quelimane, na Zambézia.

Até ao momento, a TVM abrangia unicamente as cidades da Beira e Nampula, bem como a capital, que é servida igualmente pela RTK, o único canal privado do país. Além das duas emissoras nacionais, os telespectadores moçambicanos contam com a programação da RTP1, difundida por satélite, a única captável em todo o território.

As estações de televisão moçambicanas debatem-se com uma aflitiva falta de meios. O diário "Imparcial" anunciou quarta-feira que a RTK está a efectuar "despedimentos em massa dada a falta de liquidez para o pagamento de salários", garantindo que os mesmos decorrem

"ao arripio da legislação em vigor".

Actualmente, uma parte do equipamento da RTK encontra-se paralisado, incluindo as mesas de montagem, obrigando à transmissão em bruto do material gravado no exterior, sem prévio tratamento editorial de qualquer espécie. Os técnicos queixam-se ainda de serem obrigados a trabalhar com cassetes velhas, por não haver dinheiro para comprar novas.

Ainda de acordo com o "Imparcial", o "patrão" da RTK, Carlos Klint, está seriamente endividado e o Banco Comercial de Moçambique (BCM) recusa-se a conceder-lhe novos créditos. Há dois anos, Klint já devia entre cinco e oito milhões de contos ao BCM, que lhe teria penhorado os bens se não fossem as suas "influências políticas" como deputado da Frelimo.

Frustradas as "démarches" junto do BCM, Klint estaria agora a mover essas influências para conseguir um financiamento do Banco Internacional de Moçambique, numa desesperada tentativa para salvar a sua estação de televisão. ■

José Pinto de Sá, Maputo

Cabo Verde

São Vicente volta a ter biblioteca municipal

PÚBLICO, 14.4.96

José Vicente Lopes
na Cidade do Mindelo

A Cidade do Mindelo volta a ter a sua biblioteca municipal, para já informatizada e em breve ligada à Internet. Para isso foi decisivo, entre outros apoios, o empenho de Onésimo Silveira, o presidente da Câmara, destaca a figura da cultura cabo-verdiana. A ilha de São Vicente tem sido animada também pela rodagem do filme "O Testamento do Sr. Nepumoceno da Silva Araújo", baseado no romance homónimo de Germano Almeida.

Vinte e um anos depois do seu encerramento forçado, a Biblioteca Municipal do Mindelo voltou a abrir as suas portas. Tida como importante centro da cultura cabo-verdiana, a ilha de São Vicente passa a contar com o mais moderno centro bibliotecário de Cabo Verde, numa autêntica desforra da cultura e do tempo contra a barbárie.

Este passo decisivo contou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, das câmaras municipais de Oeiras, Coimbra e Porto e da Cooperação Francesa. E também se ficou a dever ao empenho pessoal de Onésimo Silveira, edil mindelense, que pretende neste seu segundo mandato dar um cunho fortemente cultural à sua gestão, quanto mais não seja por ser ele próprio um homem de cultura, autor de uma obra que inclui um romance, contos, poemas e ensaios.

Ao discursar na tarde quinta-feira à frente do novo edifício, num acto que contou com a presença de diversas autoridades e de um público curioso, Silveira afirmou que era para si uma questão de honra devolver à cidade a sua antiga biblioteca, que, na altura do seu encerramento, segundo um dos seus responsáveis, Francisco Lopes da Silva, contava com um acervo de sete mil volumes, fora centenas de publicações, e era

frequentada por mais de dois mil utentes, numa população de 30 mil habitantes.

Corria o ano de 1974, mais precisamente os agitados dias que se seguiram ao 25 de Abril, e em Cabo Verde tudo que cheirasse ao colonialismo português era alvo das mais diversas manifestações de repúdio. Assim, pedestais e estátuas foram derubados, ao mesmo tempo que as ruas das cidades e vilas viram os seus nomes alterados para os de uma nova galeria de heróis, mais condizentes com aqueles tempos. Se algumas dessas injustiças foram mais tarde corrigidas, erros houve que perduraram até hoje. Um deles respeitava precisamente à antiga biblioteca municipal, cujo património foi na altura dispersado ou até mesmo destruído.

Com a ajuda da Fundação Gulbenkian e dos municípios portugueses com que a Cidade do Mindelo se encontra geminada — Oeiras, Porto e Coimbra —, a edilidade conseguiu pôr de pé o mais moderno centro bibliotecário de Cabo Verde, cujos serviços estão informatizados e em breve ficarão ligados à Internet. Para além de salas de leituras, a biblioteca — agora num novo edifício (por sinal, um dos prédios mais antigos da cidade, remodelado para o efeito) — possui espaços para conferências, convívio e exposições. A primeira mostra é de uma série de pinturas de Leão Lopes, inspiradas na sua maior parte na erupção da ilha do Fogo, ocorrida no ano passado.

Na cerimónia inaugural, para além do embaixador português na Praia, Eugénio Anacoreta Correia, que fez uma intervenção, estiveram presentes os autarcas de Coimbra, Manuel Machado, e de Oeiras,

Isaltino de Moraes, não tendo podido comparecer, como estava previsto, Victor Sá Machado, um dos administradores da Gulbenkian, patrono da biblioteca. Manuel Machado aproveitou a ocasião para anunciar o fornecimento regular das obras editadas pela Universidade de Coimbra.

Por ora, a biblioteca começa com cerca de três mil volumes, tendo-se iniciado já uma campanha de recolha de livros junto de particulares. Para dar o exemplo, Félix Monteiro, investigador cabo-verdiano e um dos fundadores da revista "Claridade" (criada em 1936 e que suscitou um amplo movimento de modernização da literatura cabo-verdiana), ofereceu grande parte do seu espólio, de que se destaca a colecção completa da revista portuguesa "Seara Nova".

Por tudo o que este projecto representa, Onésimo Silveira era, na quinta-feira, um homem satisfeito, que se vai virar agora para dois outros projectos: a Escola e a Academia de Música. Na inauguração, este dinâmico homem de cultura venceu, uma vez mais, a sua independência face ao Governo central, que acusa de pretender asfixiar ou subalternizar as actividades da sua Câmara. "Não à injúria e à calúnia e sim à cultura e à amizade", diria ele, terminando o seu discurso com vivas à "amizade Cabo Verde-Portugal".

Nepumoceno em acção

Entretanto, decorrem em São Vicente, desde terça-feira passada, as filmagens de "O Testamento do Sr. Nepumoceno

no da Silva Araújo", que se baseia no romance homónimo do escritor cabo-verdiano Germano Almeida (ed. port. Caminho). Realizado por Francisco Manso, o filme envolve uma vasta equipa de técnicos e actores portugueses, brasileiros e cabo-verdianos, tendo chegado ao Mindelo na sexta-feira o actor carioca Milton Gonçalves.

A rodagem do filme tem dado outra vida à cidade, cuja rotina foi alterada de modo a adaptar-se às exigências da realização cinematográfica. A distância, grupos de mirones juntam-se para ver como é que se realiza um filme e também para conhecer de perto alguns actores, seus conhecidos das telenovelas brasileiras.

Um deles é Nelson Xavier, que dá vida ao carismático e excêntrico Nepumoceno da Silva Araújo, que, garoto ainda, migra da sua ilha natal de São Nicolau e faz fortuna como comerciante em São Vicente, deixando no fim da vida um longo testamento onde, mais do que repartir os seus haveres, conta a sua vida e a sua paixão por uma misteriosa Adélia.

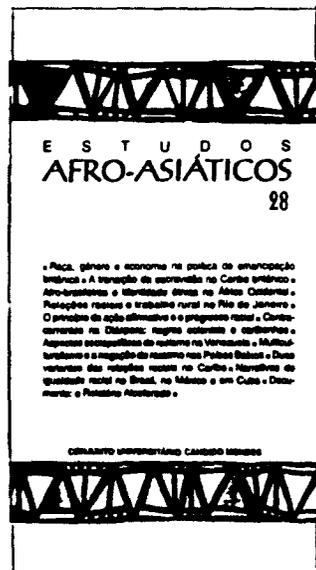
Publicado em 1990 pela Ilhéu Editora, "O Testamento do Sr. Nepumoceno da Silva Araújo", que é um livro dentro de outro livro, tem conhecido nestes dias uma grande procura, devendo uma nova edição cabo-verdiana — a terceira — ser posta à venda na próxima semana. De momento, circular com Germano Almeida pelas ruas do Mindelo tem sido uma experiência incomum, na medida em que, volta e meia, aparece alguém a felicitá-lo pela agitação que o seu primeiro romance tem provocado, graças ao realizador português Francisco Manso. ■

Cabo Verde Cap Vert

PÚBLICO, 18.4.96

CABO VERDE, um país lusófono, prepara-se para aderir ao mundo francófono. A jovem república tem participado nas cimeiras francófonas, mas quer ir mais longe e integrar-se na Agência de Cooperação Cultural e Técnica (ACCT). Neste sentido vai começar um debate nacional "para conseguir um consenso sobre a questão", anunciou, na Cidade da Praia, o depu-

tado José Tomás Veiga, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros. O assunto consta no programa do actual executivo e a opção, segundo o parlamentar cabo-verdiano, "poderá ser ditada pela vontade em desenvolver as relações com um maior número de países", sem que isso ponha em causa as relações com os restantes países de língua portuguesa. ■



Comissão da Verdade julga crimes do "apartheid"

África do Sul exorciza os seus fantasmas

PÚBLICO, 18.4.96

A ÁFRICA do Sul começou esta semana o doloroso processo de julgar o seu passado de "apartheid", com a Comissão da Verdade e Reconciliação a abrir uma série de audiências sobre violações de direitos humanos.

A Comissão, presidida pelo arcebispo anglicano Desmond Tutu, foi criada para investigar graves violações dos direitos humanos cometidas por ambos os lados durante o "apartheid" — entre 1960 e 1993 —, aconselhar e dar assistência às vítimas e respectivas famílias. A sua criação foi controversa desde o início, com rectificações da lei que lhe deu origem e discussões inter-partidárias para chegar a acordo quanto a cláusulas-chave.

Esta semana, foram lançadas petições urgentes ao tribu-

nal por grupos tanto de vítimas como de criminosos numa tentativa de impedir que a Comissão começasse os seus trabalhos na segunda-feira, na pequena cidade portuária de East London.

As famílias dos "Cradock Four" — quatro activistas da vizinha cidade de Cradock que foram torturados e assassinados por forças de segurança sul-africanas em 1985 — argumentaram que a Comissão impediria de fazer justiça amnistiando os criminosos.

A segunda interdição urgente foi lançada por dois oficiais das forças de segurança, major Nick van Rensburg e brigadeiro Jan du Preiz, que disseram que não lhes tinha sido da-

do tempo suficiente para responder às alegações feitas esta semana por testemunhas. As petições não conseguiram impedir as audiências.

Achando que a Comissão não teria capacidade de investigar todos os casos de incidentes graves de violações dos direitos humanos durante o período previsto de 33 anos, Tutu declarou que seria examinado um determinado número de casos para desenhar "um quadro o mais claro possível".

Entre as testemunhas que depõem na primeira semana estão Elizabeth Hashe, Monica Godolozzi e Nomali Galela, cujos maridos foram raptados e dados como desaparecidos em 1985. Está também Karl We-

ber, atingido por uma granada de mão num ataque do "exercício de libertação" num bar de East London em 1991; Singqokwana Margas, alegadamente torturado numa esquadra de polícia; e Bosie Mdada, que acredita que o seu filho, Xola, foi morto num campo de detenção do ANC em Angola.

"Todos nós ficámos muito impressionados por tudo o que ouvimos de todas as testemunhas", afirmou Tutu esta semana. "Queremos deixar para trás toda a dor do 'apartheid', mas temos o dever de desenterrar a verdade sobre o nosso passado negro, para acalmar os fantasmas do passado para que não voltem a perseguir-nos." ■

Adrian Hadland,
em East London

Cidadão português regressa de Angola 12 anos depois de ter sido capturado pela UNITA

Manuel, esquecido na Jamba

PÚBLICO, 18.4.96

David Pontes

São os esquecidos da guerra de Angola, portugueses capturados pela UNITA que nunca mais conseguiram sair da área controlada por este movimento político-militar. Manuel Luís Gomes, que chegou ontem ao Porto, afirma ser um deles. Em 1984, com 13 anos, ele e a família foram capturados em Angola. Passaram-se nove anos até ter conseguido reunir forças para escapar para a Namíbia, de onde acabou por sair para Portugal.

“É um timorense?”, perguntaram as pessoas no aeroporto de Pedras Rubras quando viram aquele rosto tisonado no cimo de

um corpo magro ser objecto da atenção do fotógrafo. Mas não era um timorense. Manuel Luís Gomes, filho de pai português e mãe angolana, afirma-se cidadão português. Ontem, chegou à aerogare portuense doze anos depois de a sua família ter sido capturada pela UNITA, em Bela Vista, povoação próxima do Huambo, em Angola.

Durante o tempo em que viveu na zona ocupada pela UNITA, Manuel e a sua família souberam adaptar-se, mas ele garante que nunca apoiaram o movimento de Jonas Savimbi e que nunca foram tratados como tal. “Eles sabiam que nós éramos ‘capturados’ e por isso nunca nos deram a liberdade que tinham aqueles que militavam na UNITA”, afirma.

O porta-voz deste movimento em Portugal, Rui Oliveira, estranha que em 1996 ainda haja casos como o de Manuel Gomes. “Em 1991, todos os que estavam na Jamba puderam contactar com a Cruz Vermelha e viajar para onde pretendiam”, garantiu ao PÚBLICO. Apesar de afirmar desconhecer este caso concreto, Rui Oliveira suspeita que possa tratar-se de alguém que, devido às más condições existentes na Jamba, pretendesse simplesmente sair de Angola e, por isso, “venha agora dizer que é português”.

Manuel Gomes, pelo seu lado, garante que sempre quis reunir-se à família em Portugal, mas, por medo e por falta de dinheiro, nunca conseguiu. “Em

1991, estávamos todos esperançosos de regressar”, afiança. Até chorou “perante a Cruz Vermelha”, a quem sempre se apresentou como cidadão português, mas a verdade é que não conseguia sair da Jamba.

“Com a cabeça a pesar muito...”

A sua vida, recorda agora, mudou tragicamente numa noite de Agosto de 1984: “Tínhamos ido ao cinema e, pouco tempo depois de chegarmos a casa de um primo, ouvimos um tiro de pistola e estrondos de morteiros que atingiram logo o posto de segurança ao pé da nossa casa”. Com a sua mãe, irmãos e primos, refugiou-se num pequeno “bunker”. Alguns dos familiares ainda conseguiram escapar, mas Manuel Gomes e três irmãos não quiseram abandonar a mãe.

Um dos que conseguiu escapar foi o irmão Carlos, com 11 anos na altura, que conta também: “Escondi-me num buraco que tínhamos feito no dia anterior e estive lá até aquilo passar. No outro dia, já não vi a minha mãe nem os meus irmãos e fiquei desesperado. Mais tarde, consegui transporte para outra cidade e andei lá perdido, até que um senhor me reconheceu e me trouxe para Portugal”. Hoje com 23 anos, Carlos Gomes acaba de cumprir o serviço militar obrigatório nos Açores.

Depois de terem sido captu-

rados, Manuel e mais cerca de 200 pessoas encetaram caminho em direcção à Jamba. Um percurso de alguns meses cumprido a pé, “sob ameaças de morte e com muita fome”, mal disfarçada nas breves paragens que efectuavam em algumas bases da UNITA. Só na fase final da viagem é que tiveram direito a ser conduzidos em viaturas e a mais comida, porque eram “portugueses”.

Nos anos seguintes, Manuel Gomes e família acabariam por se integrar na vida da Jamba. A sua mãe (que enviuvava ainda antes da prisão) casaria com o chefe da oficina de Savimbi, “porque sozinha não aguentava a casa”. Foi com ele que o jovem Manuel aprendeu a profissão de mecânico e foi graças ao padraсто que frequentou a escola industrial e conseguiu tirar a carta de condução. O seu irmão, por outro lado, foi adquirindo conhecimentos na área de electrotecnia e chegaria mesmo a ser locutor da Vorgan, a rádio da UNITA.

Segundo Manuel Gomes, o prestígio do irmão, terá causado inveja em algumas pessoas; uma delas, um major da UNITA, terá acabado por matá-lo numa viagem que fez em sua companhia. “Pôs-lhe ácido de bateria na comida”.

Continua na pág. seguinte

Rádios à conquista de África

A RDP-África foi bem recebida nos PALOP, mas tem de contar com a concorrência de outras estações europeias e norte-americanas

EXPRESSO, 20.4.96

VALENTINA MARCELINO*

A RECÉM-NASCIDA RDP-África foi, de uma forma geral, bem apreciada nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Segundo as opiniões de políticos, jornalistas e outros elementos da sociedade civil daqueles países, recolhidas pelo EXPRESSO, haverá, no entanto, algumas arestas a limar no conteúdo das emissões, designadamente no que se refere a uma excessiva africanização, a um certo tipo de paternalismo e à desactualização da música difundida.

Três semanas após o lançamento do novo canal, os responsáveis da RDP prepararam-se para dar mais fôlego ao projecto, apostando na ocupação de uma frequência na capital portuguesa destinada à comunidade africana.

De Angola chegaram entretanto boas notícias. Pela primeira vez na história do país, os responsáveis abriram o seu espaço radiofónico a uma estação estrangeira — a RDP-África —, que passará a ser transmitida em directo, via satélite. E, tal como acontece nos outros PALOP, também os angolanos vão escutá-la em FM, deixando de estar dependentes dos receptores de onda curta, que são actualmente a única forma de ouvir as emissoras de fora.

De acordo com fontes oficiais angolanas e portuguesas, o anúncio deverá ser fei-

to por ocasião da reunião da Comissão Mista Luso-Angolana, que se realizará no próximo mês, em Lisboa. A redacção da RDP-África tenta assim recuperar o tempo perdido, já que Portugal não tinha nenhum modelo radiofónico especialmente dirigido às ex-colónias. As notícias em língua portuguesa só lhes chegavam através de emissões especiais das maiores rádios internacionais, como a BBC, a Voz da América (VOA), a Radio France Internationale (RFI) e a alemã Deutsche Welle (DW).

A emitirem em português desde as independências dos PALOP, aquelas rádios têm à sua disposição condições que não se podem comparar com as circunstâncias de arranque da RDP-África. Enquanto o canal português emite 17 horas diárias, dispo de uma verba de cerca de 200 mil contos, a BBC passa apenas duas horas e 15 minutos com gastos da ordem dos 300 mil contos. O mesmo sucede aliás com a RFI, que para duas horas de emissão disponibiliza anualmente cerca de 70 mil contos (não incluindo custos de difusão, viagens, missões, telefones e encargos técnicos).

Embora a situação não seja fácil, José Manuel Nunes, presidente do conselho de administração da RDP, sublinhou: «Estamos para a BBC ou para a RFI, como Portugal está para a França ou para a Inglaterra.»

Por seu turno, os principais responsáveis pelas secções de língua portuguesa das «rivais» da RDP-África não se mostram incomodados com o novo concorrente. Manuel Santana, editor principal da BBC, considera que a sua rádio, que transmite quatro blocos de informação em língua portuguesa para África, e a RDP «não estão em concorrência directa». A «grande vantagem da BBC», no entender de Santana, «reside na capacidade multi-especializada, individual e colectiva, do grupo de jornalistas africanos que constitui a equipa em Londres, que, entre outras coisas, nos permite falar com África, mais do que falar para África».

Tanto o chefe de redacção do departamento português da Voz da América, com 90 minutos de antena nos PALOP, como o da DW, com uma hora e cinco, se congratulam com o lançamento da RDP-África. António Costa Coelho, da DW, destaca a importância da iniciativa, a qual, do seu ponto de vista, pode «acelerar a tão ambicionada fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — um espaço cultural e económico com cerca de 200 milhões de falantes lusófonos».

De Washington, Ovídeo Pequeno refuta também qualquer plano de «concorrência», sublinhando a «vertente política» da Voz da América. De França, o responsável pelas emissões em português da RFI, António Garcia, não quis deixar de assinalar o «atraso» de Portugal no sector. «Da mesma maneira que a RFI transmite em francês para África 24 horas por dia, tal como a BBC e a Voz da América em inglês, a rádio portuguesa tem a obrigação de ser ouvida pelos que falam português naquele continente», salienta.

Um pensamento partilhado, de resto, pelo próprio director da RDP-África, David Borges, ao afirmar que «este é um projecto que já devia ter sido pensado há muitos anos». A redacção é constituída por 20 jornalistas e 12 estagiários. Da programação, dividida por quatro blocos de grande conteúdo informativo, sobressaem as entrevistas em directo e as mesas-redondas sobre temas da actualidade africana.

Positivo, mas...

Em Moçambique, por

exemplo, antes do início da RDP-África, a maioria dos ouvintes, principalmente os mais jovens, privilegiava os noticiários da RDP Internacional, por os considerarem mais «objectivos» relativamente aos da maioria das estações radiofónicas locais. Aliás, um grupo de estudantes da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane tem vindo mesmo a esboçar a ideia de constituir uma «Associação de Ouvintes da RDPI — Espaço Jovem», o que não deixa de ser significativo num país que aderiu recentemente à Commonwealth.

Sempre críticos e conscientes do peso e da avidez de conhecimento de notícias do mundo, alguns cabo-verdianos comentaram a «excessiva africanização» deste novo modelo e «um certo paternalismo» da parte dos intervenientes, no primeiro dia de emissão. O «superministro» de várias pastas, incluindo a da Comunicação Social, José António dos Reis, considerou «positiva» a iniciativa, mas gostaria que o seu país «participasse mais», possivelmente quando Cabo Verde vier a ter um satélite.

Em S. Tomé, à parte o reparo da «desactualização das músicas são-tomenses difundidas», esta estação parece ter sido bem aceite pela maioria da população, que a escuta sempre que possível. «É louvável», sublinhou Carlos Neves, líder do maior partido da oposição (ADI), enquanto António Quintas, do partido no poder (MLSTP-PSD) comentou: «Pode atingir mais os sentimentos dos africanos.»

Para Francisco Barreto, porta-voz oficial do Governo da Guiné-Bissau, este passo constitui «uma necessidade que já se fazia sentir. Um só canal [a RDPI] não era suficiente para satisfazer as comunidades lusófonas, por isso a especialização impunha-se».

Em Angola, o facto de só no dia do lançamento o canal ter podido ser captado em receptores normais (agora só nos de onda curta) — numa «gentileza» da Rádio Nacional — fez com que a generalidade da opinião pública se manifestasse «indiferente». Mesmo assim, num tom em que dá «abertura» à rádio portuguesa, o director nacional de Informação, José Luís

Continua na pág. seguinte

Cont. da pág. anterior

Manuel, esquecido na Jamba

Descrente na justiça da UNITA, sem forças para aguentar sozinho o sustento da casa e com «a cabeça já a pesar muito», decidiu fugir. Sob o pretexto de ir colocar cimento na campo do irmão, escapou em direcção à Namíbia na companhia de uma irmã. Estava-se no início de 1993. A Jamba, que ele deixava para trás, era «um local onde a maior parte das pessoas eram velhos e crianças que estavam a sofrer de fome».

Mas na Namíbia Manuel Gomes também não encontrou um caminho fácil. Foi preso duas vezes durante alguns meses, por não possuir documentos, e tentaram mesmo conven-

cê-lo a regressar a Angola. Uma das vezes foi até colocado numa canoa para atravessar o rio Cubango, mas acabaria por voltar para trás. Deixou a irmã ao cuidado de uma portuguesa, junto da fronteira, e graças à ajuda de outros compatriotas foi fazendo algumas reparações mecânicas que lhe garantiam algum dinheiro para poder comprar comida.

Por fim, graças à ajuda da sua família em Portugal (sem outro tanto na página) conseguiu o almejado bilhete de avião para Portugal e obteve da embaixada um salvo-conduto. Mesmo assim, na escala que fez em Frankfurt, ainda seria momentaneamente detido pela polícia. Agora, em Portugal, só sonha com o momento em que conseguirá «puxar» o resto da família para junto de si. ■

Agricultores 'boers' instalam-se em Angola

EXPRESSO, 20.4.96

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

OS PRIMEIROS 100 agricultores «boers» deverão começar a instalar-se em Angola a partir do segundo semestre deste ano, ao abrigo de um acordo de cooperação no domínio agro-pecuário que será assinado em breve entre a antiga colónia portuguesa e a África do Sul, para ensaiar a implementação de projectos integrados com base na concessão de 150 mil hectares de terra arável.

Os projectos, que abarcarão a produção e comercialização de milho, algodão e outras culturas de rendimento, segundo disse ao EXPRESSO o ministro angolano da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Isaac dos Anjos, deverão culminar com a criação de cerca de 50 empresas mistas nas províncias do Kuanza Sul, Cunene e Huíla, e o seu investimento global, repartido pelos dois Governos e o sector privado, está calculado em 75 milhões de dólares.

As autoridades de Luanda têm estado, entretanto, a ponderar sobre a «oportunidade política» desta aposta para, segundo Isaac dos Anjos, se evitar «alguns percalços e dissabores que o Governo moçambicano teve de enfrentar para atenuar a desconfiança da população da ilha dos 'boers' para Moçambique», e o próprio Governo sul-africano, à cautela, preferiu igualmente optar pelo

envio selectivo de pequenas comunidades nesta primeira fase.

Com as portas abertas ao investimento estrangeiro no domínio agrícola, Angola, para além dos sul-africanos, recebeu também já pedidos de instalação de agricultores são-tomenses, cabo-verdianos e portugueses, mas em relação a estes últimos o ministro angolano da Agricultura nota que «os empresários lusos estão mais virados para o comércio, arriscando-se a perder o comboio na esfera agro-pecuária se mantiverem o actual compasso de espera».

Sul-africanos querem liderar cooperação

Os sul-africanos, dispostos a assumir um lugar cimeiro na cooperação com Angola neste domínio, ofereceram às autoridades de Luanda uma vasta carteira de propostas que vão desde o relançamento da cultura do milho e do algodão até ao desenvolvimento da indústria florestal. Com base numa nova política de fomento, que está a ser equacionada por peritos angolanos para ser discutida em breve com técnicos sul-africanos, estes propõem-se a fornecer fertilizantes e equipamentos aos compositores tradicionais cujas terras o Estado se compromete, entretanto, a não desapropriar.

«A aposta deles estende-se também ao fornecimento de tecnologia para a montagem da indústria de

processamento, tratamento e transformação de produtos pecuários (secagem de carne e peles), e só por estreiteza política dalguns governantes prisioneiros do passado é que ainda persistem os fantasmas em relação à cooperação com os sul-africanos», disse ao EXPRESSO um engenheiro agrónomo angolano.

Para desafiar, entretanto, a velha tradição portuguesa, agora seguida pelos italianos, de que apenas na região do Namibe, ex-Moçâmedes, era possível a produção de vinhos, os sul-africanos solicitaram às autoridades de Luanda um hectare de vinha na província do Bengo, a 60 km da capital angolana, para desenvolver um projecto de cultura de vinha destinado a produzir vinho de mesa de qualidade. Além disso, poderão vir a assessorar os angolanos na criação de fazendas e de parques nacionais de animais selvagens. Pretendem ainda proceder a estudos sobre a palanca negra gigante, com vista à sua reprodução em cativeiro no parque nacional de Cangandala, na província de Malange. Em contrapartida, Angola, através da Universidade de Pretória e do conselho nacional da fauna sul-africano, poderá vir a beneficiar da transferência, para o parque nacional de Kissama, do excedente de elefantes sul-africanos, para repor uma espécie ameaçada de extinção devido ao abate indiscriminado de que foi vítima durante o conflito armado.

Cont. da pág. anterior

Rádios à conquista de África

de Matos, considera que se trata de «uma boa iniciativa, como elo de incremento das relações entre as comunidades que se expressam

em língua portuguesa». «A expectativa que se gerou», reflecte ainda, «teve a ver com questões muito objectivas de Angola, onde, como se sabe, a legislação não permite a existência de rá-

dios estrangeiras; mas, logo que sejam ultrapassadas, não vejo inconveniente de que possamos vir a ter aqui a RDP-África, como nos outros países africanos de língua portuguesa».

Falta «feed-back»

Audiência parece pois não faltar, embora, como sublinha David Borges, exista uma «grande incógnita em saber que mensagem ou programa querem os africanos ouvir, pois não há estudos de audiência e o 'feed-back' não é assim tão imediato». Este responsável não esconde algum desapontamento com a fraca adesão à «Linha Aberta», um programa destinado a pôr os ouvintes africanos em contacto com a redacção, com as chamadas pagas em Lisboa. «É um projecto com limitações», admite.

No dia da inauguração,

David Borges, natural de Angola, havia dito: «África saiu-me de novo ao caminho e uma vez mais não lhe resisti.» Resta saber se a sua equipa e a RDP resistirão.

* com GUSTAVO COSTA,
em Luanda,
REFINALDO
CHILENGUE,
em Moçambique,
FERNANDO PEREIRA,
em Bissau,
OTÍLIA LEITÃO/
/Lusa, em Cabo Verde
e EUGÉNIA MENEZES/
/Lusa, em S. Tomé
e Príncipe



CULTURA

Filmagens criam fenómeno de massas e obrigam a nova edição do livro de Germano de Almeida, em Cabo Verde

O testamento do sr. Napumoceno

PÚBLICO, 21.4.95

José Vicente Lopes,
na Cidade do Mindelo

Mindelo, a cidade portuária de São Vicente, vive novos momentos de glória. As suas ruas, os seus casarões estão transformados, nos próximos dois meses, em cenários do filme "O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo", do realizador português Francisco Manso, baseado no livro, com o mesmo nome, de Germano de Almeida.

O argumento de "O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo", que se encontra em rotação no Mindelo, baseado no romance homónimo do cabo-

verdiano Germano Almeida (edição Caminho), foi escrito pelo escritor brasileiro Mário Prata. Além do director de fotografia, Edgar Moura, que também é brasileiro, o filme envolve produtores, actores e técnicos de Portugal, Brasil, Cabo Verde e ainda da França e da Bélgica, o que garante a sua distribuição nesses países.

Napumoceno da Silva Araújo é um rico e importante comerciante do Mindelo que, ao morrer, deixa um longo testamento, onde, além de proceder à distribuição da sua riqueza, conta as suas desventuras, vividas ao longo dos seus 84 anos. Originário de S. Nicolau, Silva Araújo é tido como a "síntese" de vários comerciantes, pragmáticos e ambiciosos, que marcaram o período dourado de São Vicente e que vê o seu mundo desmoronar com o 25 de Abril e depois com a independência de Cabo Verde, em 1975.

A tarefa de dar vida a este carismático personagem da literatura cabo-verdiana cabe ao actor brasileiro Nelson Xavier, conhecido pelas suas interpretações em "Tenda dos Milagres", "Kananga do Japão" e mais re-

centemente "Os Irmãos Coragem". Actor desde 1960, disse ao PÚBLICO que o seu grande desafio neste projecto tem sido "conquistar a língua" de Napumoceno. "Eu preciso falar como se fosse um cidadão cabo-verdiano. Isto está-me exigindo muito, mas, ao mesmo tempo, tem sido muito estimulante. É como se a dificuldade me fizesse envolver muito mais com o personagem."

Para além de Xavier, participam no "casting" de "O Testamento..." mais outros dez actores brasileiros, entre eles Milton Gonçalves, as actrizes Zezé Motta e Maria Ceíça. A parte portuguesa estará a cargo, entre outros, dos actores José Eduardo e Camacho Costa, a cabo-verdiana vai ser assegurada por Horácio Santos, Manuel Estevão. Cesária Évora deverá também desempenhar um pequeno papel, o de cantora de um "cabaret" do Mindelo.

Manuel Estevão, 34 anos, é actor-amador há 15 anos e não quis deixar de se juntar ao grupo de Manso, cabendo-lhe a tarefa de "vigiar" o sotaque dos actores brasileiros e evitar que fujam demasiado da sonoridade cabo-verdiana. "É-nos bastante agradável estar a trabalhar com os técnicos, apreender e conviver com actores do nível de um Nelson Xavier ou Milton Gonçalves".

A presença de gente que os mindelenses se habituaram a ver nas telenovelas, tem-nos deixado orgulhosos e excitados. Muitos não perdem a oportunidade de aparecer no filme, mesmo como figurante. Uma das cenas é o funeral do sr. Napumoceno. Para o velório, aguarda-se uma comparência em peso e a rigor dos "lídimos" representantes da burguesia local, que, como os demais estratos sociais, não perdem uma oportunidade para se divertir.

Fenómeno de massas

A versão cinematográfica de "O Testamento..." é já um fenómeno de massas, visto que as filmagens têm atraído uma multidão de curiosos, que quer acompanhar de perto a arte de dar vida a romances. O próprio

Germano Almeida não resiste. Embora diga que nada tem a ver com o filme, saiu à rua para se juntar aos mirões. Meio deslumbrado e divertido, deixa escapar: "Eu não pensava que filmar fosse tão complicado".

A agitação à volta das filmagens suscitou um novo interesse por aquele romance. A Ithéu Editora teve de pôr nas bancas mais uma edição cabo-verdiana — a terceira desde que a obra conheceu a luz do dia —, de modo a satisfazer a curiosidade dos novos leitores de Germano Almeida, cuja bibliografia não cessa de aumentar desde que decidiu lançar-se nesta tarefa de dar corpo às histórias que, segundo ele, vão ter consigo todos os dias.

Segundo Francisco Manso, os custos do seu filme deverão situar-se entre os 250 mil e 300 mil contos, orçamento que ele considera "razoável" para os padrões portugueses. Portugal, através do IPACA, RTP e vários outros organismos públicos e privados, assegura o grosso do financiamento, cabendo a parte restante ao Brasil e Cabo Verde, e ainda a entidades ligadas à União Europeia.

Para que tudo possa correr conforme o programado, a produção teve de transportar quase tudo para São Vicente, das máquinas de filmar ao café, que o elemento mais velho do grupo, por todos chamado de Cabral, vai fornecendo aos integrantes da equipa, constituída por cerca de 60 técnicos e 40 actores, fora os estagiários e os figurantes cabo-verdianos, que poderão chegar a mil, convocados e treinados consoante as necessidades.

E, se tudo correr conforme o planeado, até ao final do ano, o filme "O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo" estará nos cinemas, devendo a antestreia ocorrer no Eden-Park, o mais velho cinema do Mindelo e do país, cuja proprietária e gerente, Maria Luísa Marques da Silva, vai resistindo à ideia de vê-lo transformado num templo da IURD, que já manifestou interesse em adquiri-lo. ■

Bona bloqueia ajuda a Angola

O GOVERNO alemão advertiu Angola de que não disponibilizará qualquer verba para apoiar o programa de reabilitação comunitária enquanto Luanda não devolver a cerca de 60 fazendeiros alemães as suas antigas propriedades, soube o EXPRESSO junto de uma fonte do Ministério angolano das Relações Exteriores. A assinatura de um novo protocolo de cooperação entre os dois países está também

dependente da solução deste diferendo e os bancos alemães bloquearam o acesso de Angola às suas linhas de crédito. Os fazendeiros alemães exigem a devolução de propriedades adquiridas na época colonial e entretanto cedidas a elementos da «nomeklatura» e a altas patentes militares. O Presidente José Eduardo dos Santos nomeou uma comissão interministerial, dirigida pelo titular da pasta da Agricultura, Isaac dos Anjos, que está a estudar a possibilidade de ceder novas terras aos fazendeiros alemães. EXPRESSO, 20.4.96

Áreas de acantonamento

PÚBLICO, 21.4.95

A ÁREA de aquartelamento de Catala, para a UNITA, foi nos últimos dias aberta na província angolana de Malanje, tendo capacidade imediata para 2280 soldados e a médio prazo para 4480. Por outro lado, segundo a agência Angop, a Comissão Conjunta encarregada de implementar o Protocolo de Lusaca determinou que, em todo o país, mais de 200 homens do partido de Jonas Savimbi deverão ser enca-

minhados diariamente para uma dezena de centros de acantonamento. Isto iria aparentemente levar a mais de 31 mil soldados aquartelados até ao fim de Maio; sensivelmente metade dos efectivos totais que em 1993 andariam a combater pelo Galo Negro. E uma fonte diplomática angolana manifestou ao PÚBLICO um certo optimismo quanto à forma como se caminha actualmente para a reconciliação. ■



À VENDA NO CEEA
(021)531-2636

LIGUE JÁ

Terminaram em Maputo as jornadas culturais que celebraram a comunidade lusófona Poetas, magnificamente!

PÚBLICO, 22.4.95

Nelson Saúte
em Maputo

Diogo Dória disse Patraquim, Craveirinha e Cesário; Ana Magaia também declamou Craveirinha mas acrescentou-lhe as vozes de Noémia de Sousa e Mia Couto. A sala cantou fados de Lisboa com Mafalda Arnaud. As palmas finais foram para os miúdos da Escola de Dança de Maputo. Deste modo, terminou, na sexta-feira, a semana cultural que assinalou a reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros.

A sala hesitou no seu expectante silêncio quando Diogo Dória subiu ao palco para debutar com Luís Carlos Patraquim, moçambicano e poeta, exilado algures em Lisboa. Desde o lirismo onírico destas iniciáticas palavras: "afasto as cortinas da tarde/ porque te desejo inteira/ no poema" à terrível "elegia carnívora" de "Meu Deus de nós, porque voltamos sem o menino/ com dois anos de idade?"

Foi um grande momento de poesia rematado com o mais famoso texto de Craveirinha no pós-independência: "Saborosas Tanjarinas D'Inhambane". Logo que o declamador disse os primeiros versos, a assistência acompanhou-o: "Serão palmas indúvidas todas as palmas/

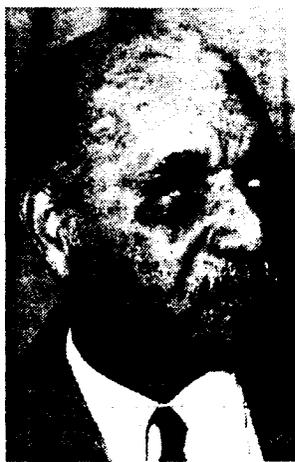
que palmeiam os discursos dos chefes?". Foi impossível deslembrar Gulamo Khan, morto há dez anos, que celebrizou este texto nas praças de Maputo. Seguiu-se Ana Magaia, uma das mais reputadas atrizes moçambicanas. Começou com "Quero ser Tambor" do soba da Mafalala. Disse Mia Couto e Noémia de Sousa. "Se me quiseres conhecer", seguidamente.

Três impressionantes instrumentistas acompanharam Mafalda Arnaud numa digressão pelos fados que se ouvem no Bairro Alto, ao acenar à madrugada de Alfama e "a sua cor amarela a brilhar sobre Lisboa", aos versos e Vinícius de Moraes ou Manuel Alegre. Mafalda não teve apenas o concurso da guitarra de José Luís Nobre da Costa, viola de Jaime Santos ou viola baixo de Joel Pina, contou, sobretudo, com uma plateia a cantar com ela os números que ia entoando. Magnificamente.

Moçambique tem uma boa tradição no ensino e na promoção das danças nacionais. A Companhia Nacional do Canto e Dança celebrizou-se, há mais de uma década, por levar a cultura do país a atravessar hemisférios e oceanos. A Escola de Dança continua a ser um excelente repositório de excelentes dançarinos. E os miúdos que representaram as danças das muitas etnias que banham de cores garridas o tecido social moçambicano foram disso apanágio.

A dança como simbologia

Foi simbolicamente interessante escolher-se, para terminar, a coreografia da Escola de Dança. O espectáculo do Aveni-



José Craveirinha

da — intitulado "Poesia, Canto, Dança" — inseria-se no quadro das actividades que assinalaram a realização da reunião, na quinta-feira, entre os ministros dos Estrangeiros dos países faladores de português que negociaram os últimos protocolos para a formação da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa o velho sonho de Aparecido de Oliveira, antigo ministro da Cultura de José Sarney e ex-embaixador do Brasil em Portugal, acto aprazado para Lisboa, em Julho.

Maputo ficou cercado de exposições de artes plásticas de pintores moçambicanos, brasileiros, portugueses em individuais e colectivas nos diversos centros culturais da cidade. Digno de registo foi a concorrida cerimónia de apresentação de "Cabo-verdianamente ensaiando" do ilhéu Brito Semedo, na terça-feira no Centro de Estudos Brasileiros, iniciativa enquadrada na Quinzena Brasileira, que prossegue até ao dia 24. Nesta data acontecerá um deba-

te multi-media sobre literatura portuguesa, com Phyllis Perez dos EUA no Centro Cultural Americano. Também no dia 24 o vídeo e o cinema brasileiros serão motivo de homenagem no Scala, cinema emblemático encrustado na baixa da capital.

Uma iniciativa paralela da brasileira, facto que denuncia um flagrante desentendimento entre os que em português se comunicam, que não conseguiram afinar um programa comum, (ver PÚBLICO de 14 de Abril), o final da semana promovida entre portugueses e moçambicanos, menos espectacular e com menos oferta do que a Quinzena Brasileira, não contou com a presença dos ministros cuja iniciativa de se reunirem em Maputo pretendia celebrar, muito menos com a do embaixador brasileiro Luciano Osório Rosa. Esteve, não obstante, Ruy Brito e Cunha, o diplomata que representa o Estado português em Moçambique. A meio do espectáculo chegou o vice-ministro da cultura moçambicano, Salomão Manhiça, acompanhado do vice-ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, João Miranda.

Estes dois governantes seriam catapultados para o palco quando a Escola de Dança decidiu abandonar as danças moçambicanas e se arremessou à música zaireense. É que kuassa kuassa tem "maningue" público aqui. A apoteose daquele final algo esquisito garantia: resvalou-se na qualidade do espectáculo, mas as pessoas saíram felizes. Um dos convivas, à saída do Avenida, propunha mesmo à sua acompanhante: "Temos que convidar o Mobuto para sócio da CPLP". ■

Germano Almeida, o autor de "O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo" PÚBLICO, 22.4.95

Um escritor deslumbrado com o cinema

ADVOGADO, AUTOR de quatro romances e ainda de uma recriação do levantamento dos camponeses da ilha de Santo Antão contra a reforma agrária, Germano Almeida delicia-se, no Mindelo, com a agitação provocada pelas filmagens do seu romance "O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo". Mais do que um cinéfilo, Almeida é sobretudo um "deslumbrado" com as coisas do cinema.

PÚBLICO — Quando escreveu "O Testamento..." ocorreu-lhe que ele daria um filme?

GERMANO DE ALMEIDA — Nunca pensei que a propósito de um livro meu pudesse haver tanta movimentação em S. Vicente.

P. — Como autor, o que espera do filme, a transcrição da sua obra?

R. — De forma alguma. Eu sei que o cinema é uma linguagem diferente e aceite as modificações. O cinema é, quando muito, uma recriação

do livro e nunca a sua transcrição completa.

P. — É um cinéfilo?

R. — Num filme, estou mais preocupado com a história que conta do que com as imagens. Se estou a ver um filme com legendas, prefiro concentrar-me mais nas palavras do que nas imagens.

P. — Que outro livro seu gostaria de ver no cinema?

R. — Penso que "O Dia das Calças Roladas" poderia dar um bom filme. Embora não haja ainda nada em concreto, já me falaram em vender os direitos de "Os Dois Irmãos". Mas continuo a pensar que "O Dia das Calças Roladas" me daria mais gozo em ver no cinema.

P. — Porquê?

R. — Talvez devido à forma como imagino a confusão que se deu à volta da reforma agrária em Santo Antão, com milhares de pessoas a se movimentarem de aldeia para aldeia. Seria uma espécie de epopeia.

P. — Quais são os seus próximos projectos literários?

R. — Tenho neste momento cinco ou seis livros começados que não sei quando acabarei. Tão depressa posso pegar num e levá-lo até ao fim como também não... Eu só pego nos livros quando são os personagens a chamarem-me. Nunca sou eu a procurá-los.

P. — Comparativamente a outros escritores cabo-verdianos, pode-se concluir que os personagens estão sempre a chamá-lo.

R. — Nós vivemos numa sociedade pequena mas cheia de histórias. A verdade é que as histórias vêm ter comigo aqui no meu escritório através das pessoas que me procuram. Como advogado, sou capaz de dizer que escuto duas ou três histórias por dia. É evidente que nem todas dão uma história, mas, digamos, de cada 10 sou capaz de obter um conto, uma crónica ou um romance.

P. — "Os Dois Irmãos" parte de uma his-

tória verdadeira. "O Testamento do Sr. Napumoceno..." também?

R. — A ideia de "O Testamento do Sr. Napumoceno..." surgiu-me de um pedaço de um testamento que eu li. E, por aquilo que me dizem, o livro é capaz de retratar cinco ou seis personagens que foram comerciantes aqui em São Vicente e que marcaram uma época. Tratam-se de pessoas que eu não conheci pessoalmente, mas que eu ouvi falar muito. Estou convencido de ter criado uma espécie de síntese daquilo que foi um grande número de comerciantes em S. Vicente.

P. — Em termos de imagem, o actor Nelson Xavier é essa síntese?

R. — É curioso que sempre que eu via o Nelson Xavier nas telenovelas eu tinha ideia que ele seria um bom sr. Napumoceno, embora outras pessoas que leram o livro tenham criado uma imagem completamente diferente da minha. Alguém dizia-me há tempos: "Eu sempre pensei no sr. Napumoceno como uma pessoa gorda"; respondi-lhe: "Tem piada, porque eu sempre pensei no sr. Napumoceno como pessoa magra, mais ou menos moreninha...". Para mim, o Nelson Xavier traduz muito bem a ideia que tinha do sr. Napumoceno. ■ J.V.L.

MNE guineense em Lisboa Apelos ao investimento

PÚBLICO, 23.4.95

O MINISTRO GUINEENSE dos Negócios Estrangeiros, Fernando Delfim da Silva, de 40 anos, "tantos quantos tem o PAIGC", é hoje recebido no Palácio das Necessidades pelo seu homólogo Jaime Gama, e espera que a dívida de Bissau a Lisboa possa ser convertida em títulos de investimento português no seu país.

O visitante disse ao PÚBLICO que o seu Governo está interessado em que Portugal invista na Agricultura, nas Pescas, no Turismo e no Comércio daquela antiga colónia.

A produção agrícola para a qual Bissau pretende atrair os portugueses é a de exportação, como a castanha de cajú e as mangas, enquanto para o seu programa de uma desejável autossuficiência em arroz conta essencialmente com o apoio da Formosa.

Os guineenses registaram uma queda acentuada das suas forças produtivas com a luta de libertação nacional e com a sequente afluência à capital de muita gente que abandonou os campos. Bissau é hoje uma cidade de 200 mil habitantes — um quinto da população total do país — e não tem estruturas suficientes, pelo que muitos têm procurado emigrar nesta última dúzia de anos.

Portugal é hoje o porto de abrigo de cerca de 40 mil cidadãos guineenses, motivo por que o ministro considera importante a actual campanha para que todos se possam legalizar: "O trabalhador clandestino não tem protecção nenhuma."

Por outro lado, Delfim da Silva está muito interessado na concretização da comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP), entendendo que ela valoriza as potencialidades regionais dos sete países que a vão constituir: "Não há qualquer incompatibilidade entre esta nova comunidade e a pertença a comunidades regionais, como a União Europeia ou o Mercosul."

A Guiné-Bissau, que durante este ano e o próximo é membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, considera-se um "enclave de

paz", mas está preocupada com o eventual efeito de dominó de muitas das situações vigentes em países próximos: caos na Libéria, guerrilha na Serra Leoa e no Casamansa, golpe de Estado na Gâmbia, motim em Conakry.

Por isso mesmo é que quer consolidar o mais possível a democracia multipartidária instaurada há cinco anos e reforçá-la com o desenvolvimento da sua Economia, para que não tenha obrigatoriamente de vir a ser vítima da instabilidade regional.

O chefe da diplomacia guineense — licenciado em Filosofia pela Universidade de Leninegrado — disse também ao PÚBLICO que o seu país vai dentro de meses abrir um consulado em Caracas, pois está muito interessado em dois dos campos pelos quais a Venezuela se tornou conhecida: o do petróleo e o do turismo.

Há actualmente a funcionar uma agência da Guiné-Bissau e do Senegal para a exploração conjunta das reservas de petróleo que se sabe existirem na plataforma continental comum aos dois países, cabendo o cargo de secretário-geral do organismo ao guineense Pio Correia, antigo embaixador em Dacar.

Foi por meio da prospeção conjunta que os dois vizinhos conseguiram ultrapassar o litígio que mantinham quanto à demarcação da fronteira marítima que os separa, aguardando agora saber ao certo qual o potencial existente para depois abrirem concurso entre as grandes empresas petrolíferas internacionais.

Por outro lado, Bissau espera desenvolver o turismo tanto no arquipélago das Bijagós como na zona da praia de Varela, logo a Sul da região senegalesa de Casamansa, onde já há estâncias internacionais de veraneio.

"Não basta o triunfo filosófico da ideia de democracia. É preciso que se verifique o triunfo económico das democracias", reconheceu o ministro Delfim da Silva, de passagem em Lisboa na mesma altura em que o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Lamego, se encontra de visita a Bissau. ■ J.M.

INSTABILIDADE EM SÃO TOMÉ

PÚBLICO, 26.4.96

A HISTÓRIA repete-se: o jornalista Carlos Teixeira, director da televisão de São Tomé e Príncipe, foi demitido pelo ministro da Cultura e Comunicação Social, Ladislau d'Almeida, sem qualquer explicação. O governante apresentou essa decisão na reunião do Conselho de Ministros do dia 22 deste mês e convocou, depois, alguns responsáveis da televisão para uma reunião sobre o assunto. O próprio visado é que até ontem, quinta-feira, não tinha ainda sido oficialmente informado.

É uma velha "moda" dos diferentes governos são-tomenses, que o ministro, da Acção Democrática Independente, não quis deixar de retomar. Aliás, este foi o seu primeiro acto logo após a aprovação do programa do Governo, que ele justificou ontem perante a imprensa estrangeira com uma alegada falta de transparência na gestão financeira, parcialidade no tratamento do material informativo e insubordinação.

Carlos Teixeira, por seu lado, diz que nunca faltou ao cumprimento das determinações superiores, apesar de algumas vezes se ter pronunciado contra certas decisões do ministro que considerou incompatíveis com o bom funcionamento dos serviços. E acrescenta também que não é comissário político de qualquer partido, entendendo que o tratamento do material informativo é da inteira competência ou responsabilidade da televisão.

Quanto à alegada falta de transparência na gestão financeira, o director da televisão são-tomense desafiou o ministro a mandar instaurar uma sindicância às contas da empresa ou a provar a sua acusação no tribunal.

Mas a demissão de Teixeira está a ser vista internamente como uma decisão política. Assim o diz o Partido de Convergência Democrática, única força da oposição, e a mesma opinião têm os profissionais da comunicação social que relacionam este facto com a aproximação das eleições presidenciais. Aliás, além de Carlos Teixeira, está igualmente na mira de despedimento o jornalista Adelino da Costa, director de gabinete do ministro, que é igualmente porta-voz da Comissão Eleitoral Nacional e director do jornal oficial "Notícias".

Quatro outros jornalistas deste órgão estatal que eram considerados "incómodos" foram transferidos para outros meios de comunicação, já para não falar no jornalista e realizador do programa Alvorada, Silvério Amorim, que foi o primeiro a cair em desgraça.

É a repetição da história. Em Junho de 1992, uma polémica transferência em bloco de jornalistas entre os diversos órgãos de comunicação encontrou resistência e culminou com duas expulsões e várias outras sanções, entre cortes de salários e suspensões temporárias de trabalho. ■

Manuel Barros, em S. Tomé

LUANDA ABANDONA COMISSÃO CONJUNTA — O Governo angolano suspendeu ontem a sua participação na Comissão Conjunta (CC), encarregada de vigiar o cumprimento dos acordos de paz. Luanda justificou a decisão acusando a UNITA de não cumprir os textos assinados em Lusaca, em Novembro de 1994. "Não podemos sentar-nos todos os dias à mesma mesa, a gir e a ouvir a mesma música", disse o porta-voz governamental na CC, general BRAS Carneiro. Mas até ao fim do dia, segundo uma fonte das Nações Unidas em Angola, nenhum dos lados tinha chegado à Comissão Conjunta formalizando a decisão.

PÚBLICO, 25.4.96

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto.

Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. WE ASK FOR EXCHANGE.